



Atualização do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) começou em janeiro, mas impacto do reajuste será sentido a partir do vencimento da guia, no dia 20 de fevereiro

REPORTAGEM

MEIs pagam mais contribuição neste ano

OSNI MACHADO

osni.machado@jornaldocomercio.com.br

Os microempreendedores individuais (MEIs) já estão enquadrados nos novos valores do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) em 2026. O reajuste entrou em vigor em janeiro, mas será efetivamente sentido a partir do vencimento da guia em 20 de fevereiro, referente à competência do primeiro mês do ano. A atualização ocorre em função do aumento do salário-mínimo nacional, fixado em R\$ 1.621,00, que serve de base para o cálculo da contribuição previdenciária do MEI.

Segundo Giulia Mattos, especialista em microempreendedores individuais do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Rio Grande do Sul (Sebrae-RS), o reajuste do DAS-MEI é automático e recorrente, acompanhando a política de valorização do

piso nacional. “Todo início de ano há essa atualização, porque a principal parcela do DAS corresponde a 5% do salário mínimo vigente. Sempre que o piso é reajustado, o valor da contribuição do MEI também é recalculado”, explica.

Apesar das especulações recorrentes sobre mudanças no regime, Giulia reforça que não houve alterações nas regras do MEI em 2026, apenas no valor da contribuição mensal. Limite de faturamento, forma de enquadramento, direitos e obrigações permanecem os mesmos. Propostas legislativas seguem em debate no Congresso Nacional, mas, até o momento, não produzem efeitos práticos para os empreendedores.

A contadora Lori Quevedo, presidente do Sindicantabil Porto Alegre, destaca que, embora o reajuste seja previsível, seu impacto exige postura mais profissional do MEI. Para ela, o DAS não deve ser trata-

do como um gasto eventual. “Quando o imposto é projetado no fluxo de caixa anual, ele deixa de ser uma surpresa no fim do mês e passa a integrar a estrutura do negócio, fortalecendo a organização financeira e a sustentabilidade da empresa”, afirma.

A contribuição mensal do MEI reúne, em uma única guia, o recolhimento ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e valores fixos de tributos estaduais ou municipais. Em 2026, o DAS passou a ser de R\$ 82,05 para quem atua no comércio ou na indústria, R\$ 86,05 para prestadores de serviços e R\$ 87,05 para aqueles que exercem atividades mistas. Esses valores garantem acesso a benefícios previdenciários, como aposentadoria, auxílio-doença e salário-maternidade, além da regularidade do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Na avaliação de Lori,

que também tem atuação destacada junto à Federação das Associações de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Rio Grande do Sul (Femicro-RS), mesmo os reajustes considerados pequenos precisam ser incorporados à precificação. “Todo custo recorrente que não é refletido no preço corrói a margem de lucro de forma silenciosa. O MEI que ignora esse ajuste compromete a saúde financeira do negócio no médio prazo”, alerta.

Giulia ressalta que a inadiplência do DAS pode gerar consequências relevantes, como multa, juros, perda de benefícios previdenciários, inscrição em dívida ativa e até o cancelamento do CNPJ. Por isso, a orientação do Sebrae-RS é que o empreendedor inclua o novo valor no planejamento mensal e utilize ferramentas que evitem atrasos. Atualmente, o pagamento pode ser feito por boleto bancário, Pix, internet

banking, cartão de crédito ou débito automático, opção que vem ganhando adesão por reduzir esquecimentos.

Para Lori, a regularidade fiscal deve ser encarada como um ativo do negócio. “Empresas saudáveis não olham apenas para o saldo bancário; monitoram indicadores e previnem riscos. A disciplina no pagamento do DAS é um dos primeiros sinais de maturidade empresarial”, observa.

O Sebrae-RS oferece suporte contínuo aos microempreendedores por meio de conteúdos educativos, atendimento via chat, WhatsApp e telefone, além de orientações disponíveis no site <https://sebraers.com.br/sou-mei/>. A mensagem das especialistas neste início de ano é clara: organização financeira, previsibilidade e regularidade fiscal são fatores decisivos para a sobrevivência e o crescimento sustentável do MEI.